

A percepção dos fumicultores em relação ao trabalho infantil profissionais de uma unidade saúde da família

The perception of tobacco growers trough child labor

La percepción de los tabaqueros en relación al trabajo infantil

Daiana Cristina KOHN¹,
Luciane Maria Schmidt ALVES²

RESUMO

Este estudo objetivou conhecer a visão dos fumicultores acerca do trabalho infantil, através de uma investigação qualitativa com análise de conteúdo. Após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da UNISC, foram entrevistados quinze sujeitos que residem em um município do interior do Estado RS, localizado na mesoregião central oriental Riograndense. A coleta dos dados foi realizada através de visita domiciliar, acompanhada pelo agente comunitário de saúde e utilizando-se um roteiro de entrevista. Os resultados foram apresentados em três categorias de análise: Identificação dos entrevistados, o entendimento dos fumicultores sobre trabalho infantil e a produção do fumo e o envolvimento familiar. O estudo apontou que a fumiicultura é desenvolvida por pessoas jovens. Os produtores entendem que ocorre trabalho infantil quando este for de caráter exploratório, e que a relação da fumiicultura com o trabalho infantil pode estar mais ligada a fatores de ordem cultural e social do que financeira.

Palavras-chave: trabalho infantil; população rural; tabaco.

ABSTRACT

This study investigated the views of growers about child labor, researching through a qualitative content analysis. After approval of the research project by the Ethics Committee of UNISC, were interviewed fifteen individuals residing in a county in the state, located in central region from Rio Grande do Sul state. The data collection was done through home visits accompanied by community health agents, using an interview guide. The results were presented in three categories of analysis: Identification of the interviewed; the understanding of the tobacco growers about child labor; and finally the tobacco production and the family involvement. The study found that tobacco farming is developed by young people. The growers believe that child labor occurs when it is exploratory, and the tobacco industry's relationship with the child labor may be more closely linked to cultural factors and social than financial.

Keyword: child labor; rural population; tobacco.

RESUMEN

Este estudio objetivó conocer la visión de los tabaqueros acerca del trabajo infantil, a través de una encuesta cualitativa con análisis de contenido. Tras aprobación del proyecto de pesquisa por el Comité de Ética de UNISC, han sido entrevistados quince sujetos que viven en una municipalidad del interior del Estado RS, ubicado en la región Central oriental del Río Grande del Sur. La colecta de los datos fue realizada a través de visita domiciliar acompañada por el agente comunitario de salud, utilizando un guión de entrevista. Los resultados fueron presentados en tres categorías de análisis: identificación de los entrevistados, el entendimiento de los tabaqueros sobre el trabajo infantil y la producción del tabaco y el involucramiento familiar. El estudio apuntó que este trabajo es practicado por personas jóvenes. Los tabaqueros entienden que ocurre trabajo infantil cuando este es de carácter exploratorio, que la relación de este trabajo con el trabajo infantil tiene a ver más con problemas de orden cultural de que orden financiera.

Palabras clave: trabajo de menores; población rural; tabaco.

¹ Acadêmica do curso de enfermagem do 9º semestre da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: dayakohn@yahoo.com.br

² Professora Enfermeira Mestre do Departamento de Enfermagem e Odontologia da Universidade de Santa Cruz do Sul.

INTRODUÇÃO

O índice de trabalho infantil nos países em desenvolvimento impressiona por sua proporção. Dados do IBGE revelam que em 2004 havia cinco milhões de crianças trabalhando no Brasil, apesar de ser considerado um país com significativa queda do trabalho infantil¹.

Como trabalho infantil entende-se as atividades econômicas ou de sobrevivência, com ou sem remuneração realizada por pessoas com idade inferior a dezesseis anos, ressalva em condição de aprendiz².

Os primeiros relatos de trabalho infantil no Brasil remontam à época da escravidão. Após a abolição da escravatura e o advento da República, ocorreram iniciativas públicas e privadas para incorporá-lo na agricultura e indústria. Em relação às condições de trabalho, as crianças chegavam a trabalhar sob rígida disciplina e em ambientes insalubres, próprias para adquirir doenças³⁻⁴.

Somente no final do século XX foram definidos alguns direitos às crianças e adolescentes, que deveriam ser respeitados pela sua condição de pessoa em desenvolvimento. Procurou-se assegurar uma proteção integral através do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, além de movimentos de sensibilização da opinião pública².

Neste contexto histórico, surgiram programas e políticas que mobilizaram as comunidades e as empresas em prol dos direitos da criança e do adolescente, como o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - oferece uma compensação financeira para a retirada das crianças do trabalho), que

visam combater as chamadas “piores formas” desse trabalho. O trabalho infantil expõe a criança a acidentes, bem como reduz o tempo para atividades de ensino devido à falta de disposição física⁵.

O fato dos pais terem sido trabalhadores infantis tem relevância sobre a probabilidade de seus filhos também serem trabalhadores infantis, particularmente na área rural, onde o trabalho infantil pode ter um caráter positivo em termos de socialização da criança num processo de aprendizado¹.

O profissional de enfermagem pode contribuir de diversas formas na promoção de saúde e prevenção de agravos, entre elas as ações de saúde e qualidade de vida das crianças e adolescentes do meio rural. Estas intervenções partem do cotidiano, conhecendo a cultura destas comunidades, entendendo o contexto onde as crianças estão inseridas, as dificuldades e a organização de trabalho. Neste sentido o presente estudo busca saber qual a visão dos pequenos produtores rurais em relação ao trabalho infantil na fumicultura?

OBJETIVOS

Tem como objetivo geral conhecer a visão dos fumicultores de pequenas propriedades rurais acerca do trabalho infantil e, como objetivos específicos, desvelar as possíveis causas do trabalho infantil na fumicultura e identificar como os agricultores lidam com esta situação.

MÉTODO

O estudo desenvolvido seguiu a metodologia qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, realizado em um

município do Vale do Rio Pardo RS. O município possui uma população aproximada de 10558 habitantes, onde 93% desta residem na área rural e sua economia é basicamente voltada para a agricultura familiar. Conforme dados do IBGE a atividade econômica é basicamente agrícola voltada para a fumicultura⁶.

Apesar de o município possuir quatro Estratégias de Saúde da Família (ESF) a pesquisadora optou por uma, segundo alguns critérios: possuir maior número de famílias; ter acesso aos meios de comunicação; e finalmente maior facilidade de acesso as residências das famílias.

Os sujeitos que fizeram parte da pesquisa foram fumicultores pertencentes à ESF em estudo, que possuíam filhos menores de dezoito anos que residiam com a família, e proprietários das terras onde desenvolvem a atividade laboral, pois gerenciam a mão-de-obra.

A coleta de dados ocorreu após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética de pesquisa em seres humanos e animais da UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), sob protocolo número 2711/10, assim como também autorizado pelo secretário municipal de saúde e do coordenador da ESF.

Os sujeitos entrevistados pela pesquisadora foram sorteados por micro-área, obedecendo aos critérios de seleção mencionados.

Foi realizado um projeto piloto com 20% da amostra que não foram incluídos na análise dos resultados. Através do projeto piloto realizado, observou-se a necessidade de abordar os entrevistados de forma menos formal, e sim mais explicativa, os mesmos

sentiam-se mais disponíveis para expor suas opiniões. Desta forma questões como: O que é para você trabalho infantil?, foi abordado: Diga com seu entendimento, com suas palavras o que significa trabalho infantil?

Foram realizadas quinze entrevistas com fumicultores, entre eles homens e mulheres. Após a explicação e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido dava-se inicio a entrevista seguindo um roteiro.

Durante a entrevista, a pesquisadora fez as anotações das falas num caderno de respostas. As informações contidas no caderno foram utilizadas apenas para fins científicos e para a elaboração dos resultados desta pesquisa, o qual será mantido em sigilo, o mesmo será guardado por cinco anos e incinerado após essa data.

Após a realização das entrevistas, as informações coletadas foram submetidas à análise de conteúdo, contemplando as seguintes categorias: Identificação dos entrevistados, o entendimento dos fumicultores sobre trabalho infantil e a produção do fumo e o envolvimento familiar⁷.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após leitura criteriosa dos dados, os mesmos foram categorizados. Os indivíduos participantes da pesquisa foram identificados através de letras alfabéticas e a triangulação se deu entre os dados da entrevista, a percepção da pesquisadora e os objetivos do estudo⁸.

Identificação dos entrevistados

Esta categoria busca traçar um perfil dos indivíduos, participantes da pesquisa, através de gênero, idade, escolaridade,

estado civil, número de filhos, profissão e o tempo em que exercem a atividade.

Em relação ao gênero, a maioria dos entrevistados foram mulheres, um total de doze entrevistadas. Ao chegar à residência da família, era convidado um integrante conforme a disponibilidade, pai ou mãe da criança, a participar da entrevista. Ocorreu com grande frequência o fato de somente a mãe estar em casa.

Em função da coleta de dados ocorre no período de fevereiro a março, meses em que basicamente é feita a classificação das folhas de fumo, é comum a mulher ficar em casa realizando esta atividade enquanto o homem envolve-se com atividades voltadas a lavoura, como a plantação de milho, feijão ou outras culturas.

As idades dos entrevistados variaram entre vinte e um e cinquenta e quatro anos de idade, sendo a maioria com até quarenta e um anos de idade e apenas três possuíam idades acima de quarenta e dois anos. Este fato fez a pesquisadora entender que há uma permanência dos filhos dos fumicultores na cultura devido à maioria dos mesmos serem jovens.

Nos estabelecimentos agrícolas de fumo o trabalho é auxiliado pelos membros da família que se envolve praticamente em todas as etapas do processo de produção, gerenciais ou de execução. Esta inserção pode estimular a permanência dos filhos dos fumicultores na atividade⁹.

Com relação à escolaridade dos entrevistados pôde-se observar uma variação entre o ensino fundamental incompleto ao ensino médio. Destes, seis pessoas possuíam escolaridade de quarta a sexta série, sete

indivíduos de sétima série a ensino fundamental completo, e duas possuíam ensino médio. Percebe-se que a diferença da escolaridade pode estar relacionada com a idade dos entrevistados, pois se constatou que a escolaridade maior foi evidenciada nos fumicultores mais jovens, em relação aos de maior idade. Supõe-se que este fato ocorreu em decorrência de um maior acesso à educação, pois nos últimos anos existem mais ferramentas de aprendizado disponíveis (acesso à internet, custeio de livros ou uso compartilhado dos mesmos, videoconferências, etc.), além de incentivos constantes dos governos quanto à alfabetização da população.

Sabe-se que um importante fator para elevar a escolaridade de um país é garantir às crianças o avanço de seus níveis educacionais. Os indicadores educacionais são mais precários na área rural se comparada com a urbana, desta forma pode-se deduzir que tanto a frequência quanto o atraso escolar pode estar relacionado com a realidade socioeconômica dos estados e regiões e estas devem ser analisados para auxiliar na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento educacional¹⁰.

Quanto ao estado civil, três indivíduos possuem união estável. Os demais eram casados com registro em cartório. Através desta informação podemos deduzir que tradicionalmente a cultura do casamento ainda se faz presente na localidade.

Em relação ao número de filhos, foi observado que a maioria possui um a dois filhos e apenas uma entrevistada possuía três filhos.

Existe uma busca do indivíduo em qualificar seu padrão de vida. Com esse viés ocorre a diminuição da taxa de natalidade como forma muitas vezes de reduzir gastos, este fato está contribuindo para um país com uma população de pessoas mais velhas¹¹.

Quanto à profissão dos entrevistados, todos são fumicultores e somente três exercem outra atividade paralela a fumicultura, os demais têm a mesma como única fonte de renda. É consenso para a maioria dos entrevistados de que a atividade profissional de fumicultor inicia-se antes da adolescência. Observou-se que apenas dois entrevistados referiram ter começado a trabalhar com mais de quinze anos.

Os motivos da permanência neste tipo de monocultura como única fonte de renda versam sobre a segurança que tal sistema oferece pela aquisição total do produto pelas fumageiras, transporte da produção sem ônus para o produtor, financiamento para a lavoura (crédito agrícola), não raros adiantamentos de dinheiro, seguro mútuo da AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) contra intempéries e queima de estufa, e assistência técnica gratuita. Outro fator positivo refere-se à crescente demanda de fumo em folha no exterior⁹.

A pesquisadora entende que a permanência destes agricultores nesta monocultura pode estar relacionada ao fato da fumicultura ter se tornado uma cultura rentável para a agricultura familiar, de forma que pequenas propriedades rurais conseguem ter uma relativa estabilidade financeira com o seu cultivo.

Em relação ao tempo de atividade como fumicultor, observa-se que a maioria dos

entrevistados desenvolve a atividade há menos de vinte anos. Das quinze pessoas entrevistadas, apenas quatro relataram ter iniciado sua atividade laboral em outras culturas como arroz, produção de leite, atividades domésticas; todos os demais, disseram ter iniciado suas atividades no cultivo do tabaco.

No início da colonização, os imigrantes organizaram uma economia de subsistência, incluindo a produção de fumo em corda e em folha, sendo as sobras da produção agrária trocadas nas casas comerciais. Devido à demanda, o fumo foi recebendo destaque quantitativamente na colônia, aumentando sua importância comercial⁹.

II. O entendimento dos fumicultores sobre trabalho infantil

Esta categoria se justifica demonstrando a percepção dos produtores sobre o trabalho infantil, quando abordam conceitos e opiniões sobre a legislação vigente tendo em vista o meio em que estão inseridos.

Percebeu-se que um grupo definiu ou entende trabalho infantil como exploração, onde a criança possui obrigatoriedade em relação à carga horária e atividades a desenvolver. Ainda relacionam o trabalho infantil com a questão financeira, quando a criança auxilia no sustento da família.

A relação de exploração infantil está associada à história do trabalho no país onde por muito tempo as crianças eram submetidas ao trabalho desumano. Nesse período, os donos do meio de produção, que possuíam força política, visavam mão-de-obra barata, estimulando a permanência do trabalho infantil.

Quando o Código de Menores foi publicado, em 1927, algumas leis e disposições constitucionais procuraram regular a utilização dessa mão-de-obra, mas estas eram frequentemente questionadas e burladas, principalmente no meio rural, onde esta proteção era desconhecida. Além disso, sua proteção praticamente não se estendeu ao meio rural³.

Mesmo com o surgimento dos programas sociais, momento que o governo interviu para erradicar o trabalho infantil, a implementação dos direitos das crianças e dos adolescentes ainda não ocorre em sua totalidade, reforçando a ideia de trabalho infantil como exploração.

Um segundo grupo definiu que não era trabalho infantil, definindo como ajudar a família, ensinar a criança a trabalhar, conhecer o processo de trabalho dos pais, participarem das atividades laborais, conforme a fala: “A criança fazer alguma coisa, da uma mão. Me ajuda a fazer isso, isso não é trabalho infantil”. (J)

A ajuda é o sentido atribuído ao trabalho da criança na família, onde este é entendido como entrada numa situação de aprendizagem e experimentar o ofício, a atividade dos pais, um componente no processo de “educação da criança”. Por outro lado, a ajuda das crianças pode ser vista como uma estratégia para aumentar o rendimento do trabalho, para “aliviar” o trabalho dos pais¹².

Outro aspecto importante é referido à falta de escolas adaptadas à realidade rural, onde esta possa transmitir conhecimentos agrícolas necessários, induz os jovens ao trabalho como forma de aprendizado dos

segredos da agricultura, o qual se tornará sua ocupação¹³.

Outra abordagem dos entrevistados refere-se a opiniões quanto à legislação do trabalho infantil, quando fazem uma crítica à lei que protege a criança e o adolescente por referirem que o início da vida no trabalho deveria começar na adolescência. Conforme relatado:

“Tinha que ser mais liberado. A criança poderia fazer mais que a lei permite. Se com dezesseis anos não pode fazer as coisas?”. (H)

O Ministério do Trabalho diz que as leis que se referem sobre o trabalho infantil estão orientadas por Constituições e Convenção e toda legislação a respeito do trabalho infantil esta orientada segundo os princípios estabelecidos na Constituição de 1988, que estão harmonizados com as atuais disposições da Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU), e das Convenções n° 138 e 182, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)².

III. A produção do fumo e o envolvimento familiar

Nesta categoria busca-se o entendimento do processo produtivo do fumo, reconhecendo suas fases, dificuldades para desenvolvimento da cultura e o envolvimento da família. Desta forma, relatam todo o processo que se apresenta em quatro fases: semear, transplantar, colher e surtir.

No primeiro momento, o processo de semeadura e preparo dos canteiros: esta fase foi descrita como uma fase menos trabalhosa, realizada próximo de casa e não é necessário contratar pessoas.

Em seguida, o transplante das mudas para a lavoura, plantar: nesta fase há aqueles

fumicultores que contratam pessoas para ajudar, gerando gastos, e outros que utilizam a máquina para plantar, tornando o processo mais fácil e menos oneroso.

Surge, a fase da colheita: quatorzes fumicultores relataram esta fase do processo muito trabalhosa, com dupla jornada de trabalho, onde durante o dia realizam a colheita nas lavouras e, durante a noite, cuidam a temperatura das estufas de fumo através do fornecimento de lenha para as fornalhas. Soma-se a isto o enfrentamento das condições climáticas, com altas temperaturas e chuvas isoladas, não há possibilidade de interrupção da atividade, por risco de perda da produção e qualidade do produto. Para esta atividade, alguns necessitam reduzir gastos, quando gera sobrecarga no trabalho aos integrantes da família que desenvolvem a atividade. Outros, a minoria dos entrevistados, relata contratar pessoas para auxiliá-los.

Vale ressaltar que neste período ocorrem as férias escolares, aumentando o tempo de permanência da criança em casa, o que gera maior preocupação para a família, bem como a dificuldade de ter alguém que fique com as crianças durante a atividade dos pais.

Enfim, a última fase da produção é definir classes da produção, surtir: esta fase foi descrita como mais tranquila, pois acontece em casa, os pais estão mais próximos das crianças, não há uma “pressão” para terminar, se comparada com a fase da colheita.

A agricultura familiar é constituída por pequenos agricultores e representa 77% dos produtores rurais no Brasil. Segundo o

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a agricultura familiar, representa 13,8 milhões de pessoas em cerca de 4,1 milhões de estabelecimento familiares, correspondendo a 18% do total da população economicamente ativa do país. Na agricultura familiar, o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital é controlado pela família¹⁴.

Através do levantamento feito das dificuldades relatadas pelos entrevistados nota-se que existe uma relação significativa das condições de trabalho com a necessidade de apoio assistencial. Desta forma, o processo de trabalho da fumicultura pode ter uma relação com o trabalho infantil se comparado à forma que o mesmo acontece.

O trabalho nas lavouras de fumo demanda a ocupação intensa do grupo familiar em no mínimo um terço do ciclo produtivo. Este fato pode diminuir as oportunidades de desenvolver outras atividades no meio rural. Outro fator é o entendimento de que o fumo é uma das atividades mais rentável se comparada a outros cultivos⁹.

Em relação às causas do trabalho infantil, estas podem também estar relacionadas com as dificuldades no processo de trabalho dos fumicultores. Entre os motivos que levam ao trabalho infantil, relatam à necessidade financeira, que pode estar relacionada ao baixo preço na compra do fumo e o alto custo de produção, bem como à falta de mão-de-obra especializada, que é cara e mal qualificada, estimulando as famílias a colocarem os filhos para ajudar.

O fato de não ter onde deixar a criança durante a jornada de trabalho dos pais e o

incentivo dos pais em ensinarem à atividade laboral aos filhos também foi abordado como possíveis causas do trabalho infantil.

A relação do cuidado com a criança por não ter onde deixar foi relatado em quatro entrevistas, onde os entrevistados disseram que preferem que a criança vá junto para a atividade laboral da família do que fique em casa correndo riscos de acidentes domésticos, ou em atividades desconhecidas pelos pais.

O trabalho precoce não se deve apenas a razões de ordem econômica, mas também a carência de uma rede de instituições e políticas sociais que apoiem efetivamente as famílias pobres na reprodução social de seus filhos. O mesmo coloca que muitas crianças começam a acompanhar os pais no trabalho desde cedo pela carência de creches onde possam ficar com segurança e proteção³.

Também foi relatado o intuito que a criança e ou adolescente aprenda a atividade dos pais, conforme relata: “A criança se cria fazendo o serviço, e já vai aprendendo desde pequena”. (C)

O Ministério da Saúde considera que a aprendizagem voltada para a formação técnico-profissional é aquela adequada com o desenvolvimento do adolescente que garante o acesso à frequência escolar. O mesmo relata que o adolescente empregado em regime familiar não pode exercer atividades noturnas, atividades perigosas, insalubres, ou em locais que poderão prejudicar seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. O Ministério da Saúde descreve o trabalho educativo como aquele que respeita as condições de pessoa em desenvolvimento, com as exigências educacionais prevalecendo sobre o aspecto produtivo¹⁵.

Quando questionado se a prática da fumicultura contribui para o trabalho infantil, a maioria afirmou que sim. Os entrevistados que entendem que a fumicultura contribui para a ocorrência de trabalho infantil, justificaram que a atividade é trabalhosa, sendo um processo longo de trabalho, possui muita atividade manual e é fácil de ser executada por crianças, onde os pais cuidam das crianças em seu próprio local de trabalho, estimulando as mesmas a ajudar para agilizar o trabalho, bem como, entendem que a agricultura, não somente o fumo é uma condição que incentiva ao trabalho infantil, pela forma que ela está organizada e pelas condições de trabalho.

O grupo que entende que a fumicultura não contribui para a ocorrência de trabalho infantil aponta o incentivo da família como a única causa, sendo que esta é autora da decisão de querer que seus filhos trabalhem ou não, bem como entendem que a fumicultura não é uma atividade estimuladora devido às condições financeiras e de trabalho que a mesma proporciona.

As condições de trabalho no campo são na maioria das vezes intensas, com exposição a condições danosa à saúde. O mesmo relata que o trabalho infantil no meio rural pode não estar relacionado com condições econômicas, mas como forma de inserir a criança no meio social bem como uma prática educativa e disciplinadora. Inclusive relata que na região sul do país este pode estar condicionado a fatores culturais¹⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura do fumo é uma atividade solidificada culturalmente, onde os pais ensinam seus filhos desde cedo a desenvolvê-

la. Os filhos dos fumicultores iniciam na atividade muito cedo, o que nos faz entender um período longo como agricultor, mas com idade jovem.

Este ingresso precoce pode estar relacionado ao baixo índice escolar dos pais, onde se subentende que a atividade escolar foi dando lugar à atividade profissional, não apenas por motivos financeiros, mas também de ordem cultural ou social.

A dedicação muitas vezes exclusiva à atividade pode estar relacionada à rentabilidade da cultura, pois apesar de muito trabalhosa, somente três indivíduos referiram buscar outra fonte de renda além da fumicultura.

Ao entendimento do grupo, ajudar a família nas atividades não é trabalho infantil, sendo este considerado pelos entrevistados quando ocorre a exploração da mão-de-obra da criança através do cumprimento de tarefas e auxílio na renda da família.

Em relação à atividade profissional e as dificuldades em desenvolvê-la, percebe-se uma relação com o trabalho infantil, pois referem que a mesma é longa, trabalhosa e com muita atividade manual. Os filhos estão presentes na atividade por não ter onde ficar, não há creches ou escolas de turno integral, dessa forma muitas vezes acompanham os pais até a lavoura. Os produtores relatam estar sobrecarregados, sem mão-de-obra barata e especializada disponível, assim, ensinam aos seus filhos a atividade, estimulados pela rentabilidade da cultura.

Este estudo não visa discernir se há ou não a ocorrência de trabalho infantil, mas sim incentivar a discussão do contexto para a ocorrência do mesmo.

Tendo em vista que muitos enfermeiros iniciam suas atividades profissionais em municípios onde a maioria da população é agricultora, este estudo pode estimular a reflexão acadêmica sobre orientação acerca do trabalho infantil e a importância da educação em saúde do trabalhador, tais como: Uso de equipamentos de proteção individual, manuseio de agrotóxicos e outras relacionadas.

REFERÊNCIAS

1. Aquino JM, Fernandes MM, Pazello ET, Scorzafave LG. Trabalho infantil: persistência intergeracional e decomposição da incidência entre 1992 e 2004 no Brasil rural e urbano. *Rev. econ. contemp.(online)*. 2010, vol 14, n.1, pp 61-84. ISSN 1415-9848.(acesso em 20 ago. 2010) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v14n1/a04v14n1.pdf>.
2. Ministério do trabalho e emprego. Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente. (online) 2 ed. Brasília/DF: Edição Secretaria de inspeção do trabalho (SIT), 2004. (acesso em 01 out. 2010). Disponível em: http://www.mte.gov.br/trab_infantil/pub_6361.pdf
3. Carvalho IMM de. Trabalho infantil no Brasil contemporâneo. *Cad. CRH (online)*. 2008, vol. 21, n.54, pp. 551-569. ISSN 0103-4979. (acesso em 22 ago. 2010) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/10.pdf>
4. Kassouf AL. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? *Nova econ. (online)*. 2007, vol.17, n.2, pp, 323-350. ISSN 0103-6351. (acesso em 22 ago. 2010). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v17n2/v17n2a05.pdf>.
5. Carvalho IMM de. Algumas lições do programa de erradicação do trabalho infantil. *São Paulo Perspec. (online)*. 2004, vol 18, n 04, pp 50-61. ISSN 0102-8839. (acesso em 05 out. 2010). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n4/a07v18n4.pdf>.
6. Prefeitura Municipal de Vale do Sol. Dados Gerais/Site municipal. Apresentam dados gerais sobre o município. Disponível em:

http://www.valedosol.rs.gov.br/portal1/dado_geral/mumain.asp?ildMun=100143447

7. Minayo, MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores Ltda; 2007.

8. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Editora Hucitec; 2010.

9. Lima RG de. Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira. Sociologias (online) 2007, n 18, pp 190-225. ISSN 1517-4522. (acesso em 21 set. 2010). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a10.pdf>

10. Pontili RM, Kassouf AL. Fatores que afetam a frequência e o atraso escolar, no meio urbano e rural, de São Paulo e Pernambuco. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2007, vol.45, n.1, pp. 27-47. ISSN 0103-2003. (acesso em 24 abril 2011). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n1/02.pdf>.

11. Rigo II, Paskulin LMG, Morais EP. Capacidade funcional de idosos de uma comunidade rural do Rio Grande do Sul. *Rev. Gaúcha Enferm.* (online). 2010, vol.31, n.2, pp. 254-261. ISSN 1983-1447. (acesso em 13 maio 2011) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v31n2/08.pdf>

12 Lima AC, Almeida AMF. Permanências e mutações na definição intergeracional do trabalho infantil. *Educ. Soc.* (online) 2010, vol. 31, n 111, pp 347-369 ISSN 0101-7330. (acesso em 16 out. 2010). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a04.pdf>

13. Menezes CC, Magalhães EM. Criança e adolescentes na fumicultura/RS trabalho escola saúde. Ministério do Trabalho; Porto Alegre, out. 1998.

14. Oliveira BCRS, Zegarra JJQ, Silva RA, Carneiro OB, Botteon RCCM, Botteon PTL. Aspectos da produção leiteira em pequenas unidades de produção familiar no assentamento Mutirão Eldorado em Seropédica, Rio de Janeiro. *Rev. Bras. Ciênc. Vet;* 14(1): 12-18, (online)jan-abr 2007. (acesso em 21 set. 2010). Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/>

15. Ministério da saúde. Estatuto da criança e do adolescente. (online) 3 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. (acesso em 19 set. 2010). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_crianca_adolescente_3ed.pdf

16. Rizzini I, Rizzini I, Holanda FRB de. A criança e o adolescente no mundo do trabalho. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Amais Livraria e Editora, 1996